

# Figueira Indústria e Comércio S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de  
março de 2025**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Ilmos. Srs. Administradores e Acionistas da  
**FIGUEIRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Figueira Indústria e Comércio S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Figueira Indústria e Comércio S.A., em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, conforme os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

São Paulo / SP  
Alameda Santos, 1940  
1º andar  
CEP 01418-200  
Tel. (11) 3883-1600

São Paulo / SP  
Largo Pd. Péricles, 145  
11º andar  
CEP 01156-040  
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto / SP  
Av. Maurílio Biagi, 800 – Ribeirânia,  
Spasse Office, Sala 701 – (Torre da  
esquina) – CEP: 14096-075  
(16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ  
Rua São José, 20 - 8º andar  
CEP 20010-020  
Tel. (21) 3173-9932

Manaus / AM  
Rua Acre, 26 - 1º andar  
CEP 69053-130  
Tel. (92) 4102-0164

Vitória / ES  
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451  
19º andar - Sala 1901  
CEP 29050-335  
Tel. (27) 3207-3370

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as respectivas normas brasileiras e internacionais, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e das respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante quanto a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou

São Paulo / SP  
Alameda Santos, 1940  
1º andar  
CEP 01418-200  
Tel. (11) 3883-1600

São Paulo / SP  
Largo Pd. Péricles, 145  
11º andar  
CEP 01156-040  
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto / SP  
Av. Maurílio Biagi, 800 – Ribeirânia,  
Spasse Office, Sala 701 – (Torre da  
esquina) – CEP: 14096-075  
(16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ  
Rua São José, 20 - 8º andar  
CEP 20010-020  
Tel. (21) 3173-9932

Manaus / AM  
Rua Acre, 26 - 1º andar  
CEP 69053-130  
Tel. (92) 4102-0164

Vitória / ES  
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451  
19º andar - Sala 1901  
CEP 29050-335  
Tel. (27) 3207-3370

incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, da época da auditoria, do alcance planejado e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de junho de 2025.

**PP&C Auditores Independentes**  
CRC2SP16.839/O-0

**Giacomo Walter Luiz de Paula**  
CRC1SP243.045/O-0  
Contador

**Johnatan Henrique dos Santos**  
CRC1SP295.723/O-0  
Contador

São Paulo / SP  
Alameda Santos, 1940  
1º andar  
CEP 01418-200  
Tel. (11) 3883-1600

São Paulo / SP  
Largo Pd. Péricles, 145  
11º andar  
CEP 01156-040  
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto / SP  
Av. Maurílio Biagi, 800 – Ribeirânia,  
Spasse Office, Sala 701 – (Torre da  
esquina) – CEP: 14096-075  
(16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ  
Rua São José, 20 - 8º andar  
CEP 20010-020  
Tel. (21) 3173-9932

Manaus / AM  
Rua Acre, 26 - 1º andar  
CEP 69053-130  
Tel. (92) 4102-0164

Vitória / ES  
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451  
19º andar - Sala 1901  
CEP 29050-335  
Tel. (27) 3207-3370

## Figueira Indústria e Comércio S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	8	210.100	145.418	Fornecedores	18	149.552	98.311
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	9	21.570	28.502	Arrendamentos	17	42.440	-
Estoques e adiantamento a fornecedores	10	108.413	132.814	Adiantamento de clientes	23	81.441	86.079
Ativos biológicos	11	9.578	69.298	Impostos e contribuições a recolher	19	93.009	72.070
Impostos a recuperar	12	44.568	50.628	Impostos parcelados	20	26.244	35.758
Despesas antecipadas		169	91	Salários e encargos sociais	21	37.695	19.772
Outros créditos	13	342	14	Partes relacionadas	14	12.260	1.786
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>394.740</b>	<b>426.765</b>	Credores Recuperação Judicial	33	6.939	16.818
				Outras obrigações		59	1.100
				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>449.639</b>	<b>331.694</b>
Estoques e adiantamento a fornecedores	10	17.384	17.384	Fornecedores	18	3.600	5.400
Partes relacionadas	14	700.292	821.290	Arrendamentos	17	188.061	-
Depósitos judiciais	22	2.647	2.230	Impostos parcelados	20	49.944	74.040
Impostos a recuperar	12	649	472	Provisão para processos judiciais	22	12.796	17.619
Outros créditos	13	2.977	4.131	Passivo fiscal diferido	24	1.062	4.810
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>723.949</b>	<b>845.507</b>	Credores Recuperação Judicial	33	70.285	70.795
				Partes relacionadas	14	812.859	1.071.678
				Outras obrigações		632	663
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.139.239</b>	<b>1.245.005</b>
Investimentos	15	111.238	106.886	<b>Patrimônio líquido</b>	25		
Outros investimentos		2	2	Capital social		51.931	51.931
Imobilizado	16	257.227	258.806	Reserva legal		2.175	-
Intangível		135	148	Reserva de incentivos fiscais		29.059	29.059
Direito de uso	17	228.794	-	Ajustes de avaliação patrimonial		2.721	3.406
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.321.345</b>	<b>1.211.349</b>	Reserva de lucros a realizar		41.321	-
				Prejuízos acumulados		-	(22.981)
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>127.207</b>	<b>61.415</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.716.085</b>	<b>1.638.114</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.716.085</b>	<b>1.638.114</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Figueira Indústria e Comércio S.A.

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	27	243.923	996.517
Mudança no valor justo do ativo biológico	11	(14.711)	14.838
Custo dos produtos vendidos	28	<u>(130.073)</u>	<u>(831.473)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b><u>99.139</u></b>	<b><u>179.882</u></b>
Despesas com vendas	28	(3.883)	(73.453)
Administrativas e gerais	28	(20.365)	(37.995)
Outras (despesas) receitas operacionais	29	<u>15.317</u>	<u>50.002</u>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos</b>		<b><u>90.208</u></b>	<b><u>118.436</u></b>
Receitas financeiras		19.251	7.797
Despesas financeiras		(36.374)	(32.884)
Variação cambial líquida		<u>(1.165)</u>	<u>510</u>
<b>Financeiras líquidas</b>	30	<b><u>(18.288)</u></b>	<b><u>(24.577)</u></b>
Resultado da equivalência patrimonial	15	<u>4.351</u>	<u>(1.575)</u>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b><u>76.271</u></b>	<b><u>92.284</u></b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	(14.227)	(5.546)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	<u>3.748</u>	<u>(3.332)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b><u><u>65.792</u></u></b>	<b><u><u>83.406</u></u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Figueira Indústria e Comércio S.A.**

### **Demonstrações de resultados abrangentes**

**Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024**

*(Em milhares de reais)*

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Lucro líquido do exercício	65.792	83.406
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<b><u>65.792</u></b>	<b><u>83.406</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Figueira Indústria e Comércio S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros a realizar	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de março de 2023</b>		<b>51.931</b>	-	<b>29.059</b>	<b>4.090</b>	-	<b>(107.071)</b>	<b>(21.991)</b>
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado	25.b	-	-	-	(684)	-	684	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	83.406	83.406
<b>Saldos em 31 de março de 2024</b>		<b>51.931</b>	-	<b>29.059</b>	<b>3.406</b>	-	<b>(22.981)</b>	<b>61.415</b>
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado	25.b	-	-	-	(685)	-	685	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	65.792	65.792
Destinações do lucro do exercício:								
Reserva legal	25.d	-	2.175	-	-	-	(2.175)	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	-	41.321	(41.321)	-
<b>Saldos em 31 de março de 2025</b>		<b>51.931</b>	<b>2.175</b>	<b>29.059</b>	<b>2.721</b>	<b>41.321</b>	-	<b>127.207</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Figueira Indústria e Comércio S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Resultado do exercício</b>		65.792	83.406
<b>Ajustado para:</b>			
Depreciação do imobilizado	16	62.967	42.709
Amortização do ativo biológico	11	54.249	8.284
Amortização do direito de uso	17	12.126	42.868
Amortização do intangível		13	15
Mudança no valor justo de ativos biológicos	11	14.711	(14.839)
Valor residual de ativo imobilizado baixado/vendido		70.008	35.855
Resultado de equivalência patrimonial	15	(4.351)	1.575
Resultado de variação cambial líquida	30	1.165	(510)
Juros e variação monetária sobre recuperação judicial	33	1.515	2.499
Provisão perdas esperadas de crédito	9	(5)	(113)
Provisão para demandas judiciais	28	(4.823)	8.994
Juros sobre arrendamentos	17	6.031	26.478
Benefício decorrentes de parcelamentos	29	(21.927)	(39.322)
Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes	24	10.479	8.878
		<b>267.950</b>	<b>206.777</b>
<b>Varição nos ativos e passivos</b>			
<b>(Aumento) ou diminuição dos ativos</b>			
Contas a receber de clientes		6.937	(23.905)
Impostos a recuperar		(8.344)	(9.753)
Estoques e adiantamento a fornecedores		24.401	(83.184)
Despesas antecipadas		(78)	445
Depósitos judiciais e outros créditos		409	578
Partes relacionadas		(127.348)	361.152
<b>Aumento ou (diminuição) dos passivos</b>			
Fornecedores		49.441	(49.965)
Arrendamentos		2.447	(10.016)
Salários e encargos sociais		17.923	(5.869)
Impostos e contribuições a recolher		20.939	4.395
Aumento em adiantamento de clientes		(4.437)	41.334
Impostos parcelados		(11.683)	(48.373)
Credores recuperação judicial		-	137
Outras obrigações		(1.073)	(500)
Juros pagos - arrendamento	17	(7.112)	(26.422)
Juros pagos - recuperação judicial	33	(1.298)	(2.414)
		<b>229.074</b>	<b>354.417</b>
<b>Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais</b>			
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de imobilizado	16	(131.396)	(130.430)
Ativo biológico	11	(9.240)	(54.248)
		<b>(140.636)</b>	<b>(184.678)</b>
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>			
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamento de arrendamentos	17	(11.785)	(36.020)
Amortização de credores recuperação judicial	33	(11.971)	(8.430)
		<b>(23.756)</b>	<b>(44.450)</b>
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento</b>			
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>			
		<b>64.682</b>	<b>125.289</b>
<b>Demonstração do aumento do caixa e equivalente de caixa</b>			
No início do exercício		145.418	20.129
No fim do exercício		210.100	145.418
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>			
		<b>64.682</b>	<b>125.289</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de reais)*

### **1 Contexto operacional**

#### **Figueira Indústria e Comércio S.A.**

A Companhia tem como objetivo a industrialização de cana-de-açúcar para a fabricação de açúcar e sua comercialização no país e no exterior.

A partir de 1 de julho de 2014, com a aquisição da totalidade das lavouras de cana-de-açúcar do Grupo Aralco, a Companhia Figueira passou sua atividade para agroindústria.

A Companhia, em 20 de julho de 2015, aportou os ativos na Nova Aralco S.A. Indústria e Comércio, passando, assim, a ser detentora de 31% de participação societária da investida.

Em 31 de maio de 2016, a Figueira Indústria e Comércio S.A. obteve cessão de uso (comodato) dos parques industriais da Nova Aralco Indústria e Comércio S.A., dando continuidade às operações de sua matriz e também das filiais Figueira-Generalco e Figueira-Alcoazul, que atualmente produzem e comercializam açúcar, etanol e outros produtos afins para o país e o exterior.

Na safra do período de 2024/25, o Grupo está focado na comercialização de açúcar. Em virtude dos preços atuais desta *commodity*, atualmente estão sendo fixados preços satisfatórios dentro da média de mercado.

Durante o exercício de 31 de março de 2025, o Grupo Aralco teve Receita operacional líquida de R\$ 1.054.247 (R\$ 1.060.828 em 31 de março de 2024), que foram substancialmente centralizados na Controlada Destilaria Generalco S.A. e, durante o exercício de 31 de março de 2024, na Figueira Indústria e Comércio S.A. e Destilaria Generalco S.A.

#### **Encerramento da Recuperação Judicial**

Considerando a comprovação do cumprimento de todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial aprovado e homologado, e a continuidade dos negócios, em 23 de fevereiro de 2023, o Grupo Aralco apresentou pedido requerendo o encerramento da recuperação judicial, obtendo parecer favorável do Ministério Público e Administrador Judicial. A sentença de encerramento da recuperação judicial foi proferida em 1 de dezembro de 2023, e a certificação do trânsito em julgado em 15 de agosto de 2024.

### **2 Base de preparação**

#### **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Um conjunto completo de demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Aralco de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil são apresentadas separadamente, considerando que as demonstrações financeiras consolidadas da Aralco S.A. – Indústria e Comércio refletem a posição financeira e patrimonial do Grupo Econômico Aralco. A apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas na controladora Aralco S.A. – Indústria e Comércio atendem aos requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 36 – Demonstrações consolidadas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 13 de junho de 2025. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis do Grupo estão apresentados na nota explicativa 6.

### **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o valor mais próximo em milhares, exceto quando indicado de outra forma.

### **4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### **a. Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

**Nota explicativa 31** – Instrumentos financeiros.

#### **b. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de março de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

**Nota explicativa 9** – Provisão para perda de crédito esperada (contas a receber de clientes e outras contas a receber);

**Nota explicativa 11** – Ativo biológico;

**Nota explicativa 16** – Vida útil do ativo imobilizado e teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;

**Nota explicativa 17** – Reconhecimento de direito de uso e passivo de arrendamento com base em dados observáveis de mercado;

**Nota explicativa 22** – Provisão para processos judiciais; e

**Nota explicativa 24** – Imposto de renda e contribuição social diferidos.

### **Mensuração sobre o valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação, da seguinte forma:

**Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

**Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

**Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

**Nota explicativa 11** – Ativos biológicos; e

**Nota explicativa 31** – Instrumentos financeiros.

## **5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.

## **6 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

### **a. Moeda estrangeira**

#### **(i) Operações no exterior**

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas

e despesas de operações no exterior são convertidas para real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

**b. Benefícios a empregados**

**(i) Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**c. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes**

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que refletem as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os impostos correntes ativos e passivos são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

**(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira pela qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**d. Ativo biológico**

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo.

**e. Estoques**

Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas, nos quais os estoques são avaliados.

**f. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1 de janeiro de 2009, data de transição da Companhia para os CPCs, foi determinado com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

**Vida útil estimada - em anos**

Edifícios e construções	29
Móveis e utensílios	10
Veículos e implementos rodoviários	10
Máquinas e implementos agrícolas	14
Máquinas, equipamentos e instalações	14
Computadores e periféricos	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**g. Ativo intangível**

Os ativos intangíveis que são adquiridos têm vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

***Amortização***

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

**h. Instrumentos financeiros**

***i) Reconhecimento e mensuração inicial***

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

***(ii) Classificação e mensuração subsequente***

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

#### ***Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio***

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e os objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

#### ***Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros***

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do

dinheiro no tempo, pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos de principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (o que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

#### ***Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas***

##### ***Ativos financeiros a VJR***

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

##### ***Ativos financeiros a custo amortizado***

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

##### ***Instrumentos de dívida a VJORA***

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

##### ***Instrumentos patrimoniais a VJORA***

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

**(iii) Desreconhecimento**

***Ativos financeiros***

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos, ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre esse ativo.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

***Passivos financeiros***

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(iv) Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**i. Redução do valor recuperável (*impairment*)**

**(i) *Ativos financeiros não derivativos***

Ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço patrimonial para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidências objetivas de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluem:

Inadimplência ou atrasos do devedor;  
Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas normais;  
Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;  
Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;  
O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; e  
Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo.

### ***Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado***

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

### ***Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial***

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

### **(ii) *Ativos não financeiros***

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa – UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**j. Provisões**

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

**k. Receita operacional**

***Venda de produtos***

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

***Vendas de açúcar no mercado externo***

As vendas de açúcar no mercado externo são realizadas utilizando a *incoterm FOB – Free on Board*, que é quando o vendedor tem a responsabilidade de entregar a mercadoria até o navio indicado pelo comprador, assumindo assim os riscos e custos até o navio.

A receita proveniente desta venda é reconhecida pela Companhia no momento da entrega da mercadoria no navio indicado pelo comprador, que é o momento da transferência de propriedade.

***Venda de etanol no mercado interno***

A Companhia realiza vendas de etanol no mercado interno utilizando a *incoterm EXW – Ex Works*, que é quando o comprador retira a mercadoria nas dependências do vendedor. Assim, o vendedor não assume os riscos e custos relativos ao transporte.

O reconhecimento das receitas é realizado no momento da emissão da nota fiscal de venda, que é o do carregamento e da saída do caminhão nas dependências da Companhia, momento de transferência de propriedade para o comprador.

**l. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

Receita de juros;

Despesa de juros;

Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e

Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contas a receber).

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

**m. Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficiente para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo, ajustado para a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

**n. Arrendamento**

No início de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é ou contém um arrendamento se transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

*(i) Como arrendatário*

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação nesse contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento, e contabiliza como um único componente os de arrendamento e não arrendamento.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;  
Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;  
Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e  
O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo deste refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação sobre se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão, ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento e passivos de arrendamento em rubricas específicas no balanço patrimonial.

**Arrendamentos de ativos de baixo valor**

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

*(ii)* **Como arrendador**

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Companhia atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia é um arrendador intermediário, contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal, e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é de curto prazo, que a Companhia, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, o subarrendamento é classificado como operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

*(iii)* **Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Para uma série de políticas contábeis e divulgações, a Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o

ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia usa técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo, ajustado para a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

## **7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar tais normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

### **a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis**

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

**b) Outras Normas Contábeis**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

## 8 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
<b>Circulante</b>		
Caixa e depósitos bancários	34.795	264
Aplicações financeiras	175.305	145.154
	<b>210.100</b>	<b>145.418</b>
	<b>210.100</b>	<b>145.418</b>

O saldo de caixa e bancos compreende depósitos para uso imediato. Os saldos derivam do curso normal das operações da Companhia. A exposição do Grupo a riscos de crédito e análise de sensibilidade de juros estão apresentados na nota explicativa 31.

## 9 Contas a receber de clientes e outras contas a receber

	2025	2024
Contas a receber – mercado interno	21.688	28.615
Provisão para perda de crédito esperada	(118)	(113)
	<b>21.570</b>	<b>28.502</b>
	<b>21.570</b>	<b>28.502</b>

A exposição da Companhia a risco de crédito está apresentada na nota explicativa 31.

As contas a receber de clientes são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado.

A Companhia possui registrada provisão para perda de crédito esperada como segue:

<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	-
Provisões constituídas	113
Provisões utilizadas	-
Provisões revertidas	-
	-
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>113</b>
Provisões constituídas	5
Provisões utilizadas	-
Provisões revertidas	-
	-
<b>Saldo em 31 de março de 2025</b>	<b>118</b>

## 10 Estoques e adiantamento a fornecedores

	2025	2024
<b>Circulante</b>		
<b>Produtos acabados:</b>		
Etanol	34.514	7.251
Açúcar cristal	-	71
Melaço	-	9.009
<b>Materiais secundários e outros:</b>		
Insumos, materiais auxiliares de manutenção e outros	5.692	1.682
<b>Adiantamentos:</b>		
Compras de cana-de-açúcar	59.160	90.721
Compras de insumos	9.046	24.080
	108.413	132.814
<b>Não circulante</b>		
Adiantamentos – Compras de cana-de-açúcar	17.384	17.384
	<b>125.797</b>	<b>150.198</b>

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem ao valor de realização.

Os adiantamentos a fornecedores de cana referem-se a valores adiantados para futuro fornecimento de cana de contratos de parceria.

## 11 Ativo biológico

A Companhia adotou o Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativo Biológico, atendendo, assim, aos dispostos estabelecidos no Pronunciamento Técnico, e os seus ativos biológicos (“cana-de-açúcar”) passaram a ser mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

### a. Cana-de-açúcar

#### (i) Principais premissas utilizadas para atribuição do valor justo aos ativos biológicos

Com base no CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, a Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo, em que a lavoura de cana-de-açúcar é valorizada por seu valor justo, o qual reflete o preço de venda de ativo menos os impostos e custos necessários para colocação do

produto em consumo ou venda. As metodologias utilizadas na mensuração do valor justo dos ativos biológicos correspondem à projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade da lavoura de cana-de-açúcar.

**(ii) Apresentação**

A seguir estão demonstradas as movimentações dos ativos biológicos da Companhia:

<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	<b>8.495</b>
Adições com tratos de cana	54.248
Absorção dos custos de cana colheita	(8.284)
Variação no valor justo (Nota 28)	<u>14.839</u>
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b><u>69.298</u></b>
Adições com tratos de cana	9.240
Absorção dos custos de cana colheita	(54.249)
Variação no valor justo (Nota 28)	<u>(14.711)</u>
<b>Saldo em 31 de março de 2025</b>	<b><u><u>9.578</u></u></b>

A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se:

- O preço estimado do ATR fosse maior (menor);
- A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor); e
- A taxa de desconto fosse menor (maior).

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais.

Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, conseqüentemente, nos resultados operacionais da Companhia, por influenciarem as safras, aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil.

*Soqueiras de cana-de-açúcar*

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar.

	2025	2024
Áreas replantadas (hectares)	2.250,68	4.775,11
Custo do replantio (R\$/hectares)	13.298,76	12.298,02

*Lavouras de cana-de-açúcar*

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	2025	2024
Área estimada de colheita (hectares)	23.444	68.108
Produtividade prevista (toneladas de cana / hectare)	68,37	78,99
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg/t)	139,90	139,40
Valor do kg de ATR - R\$	1,2466	1,0145
WACC	8,88%	11,58%

O ativo biológico cana-de-açúcar possui sua realização na safra 2025/2026.

A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas para o cálculo do ativo biológico, atualizando-as caso existam variações significativas em relação às projetadas anteriormente.

#### ***Riscos regulatórios e ambientais***

A Companhia está sujeita às leis e aos regulamentos pertinentes às atividades em que opera. A Companhia estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam ao cumprimento das leis ambientais. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos.

#### ***Riscos de oferta e demanda***

A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, a Companhia faz a gestão destes riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e para assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

#### ***Riscos climáticos e outras***

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar.

## **12 Impostos a recuperar**

	2025	2024
<b>ICMS</b>		
ICMS sobre insumos e outros (ii)	1.513	12.235
ICMS sobre ativo imobilizado (i)	770	922
	<b>2.282</b>	<b>13.157</b>
IRRF a compensar	2.398	1.765
COFINS	34.461	29.283
PIS	5.042	6.421
IPI	472	474
Outros	562	-
	<b>42.934</b>	<b>37.943</b>
	<b>45.217</b>	<b>51.100</b>
Ativo circulante	44.568	50.628
Ativo não circulante	649	472

- (i) Refere-se a créditos sobre aquisição de ativo imobilizado que podem ser utilizados à razão de 1/48 avos.  
(ii) Refere-se a créditos decorrentes da aquisição de insumos, material de embalagem, material intermediário, combustível e outros.

## 13 Outros créditos

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Circulante:</b>		
Adiantamentos a empregados	342	14
<b>Não circulante:</b>		
Precatórios (i)	2.977	4.131
	<b>3.319</b>	<b>4.145</b>

(i) O saldo refere-se a precatórios estaduais adquiridos para compensação de impostos.

## 14 Partes relacionadas

### a. Remuneração de pessoal-chave da Administração:

O pessoal-chave da Administração da Companhia é composto pela Diretoria eleita bianualmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração durante o exercício a título de benefícios de curto prazo foram de R\$ 293 (R\$ 336 em 31 de março de 2024). A Companhia não concede ao pessoal-chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

### b. Outras contas a receber e outras contas a pagar

Os principais saldos em 31 de março de 2025 e 2024 referem-se basicamente a:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Ativo não circulante</b>		
Alcoazul S.A. – Açúcar e Alcool	146.773	150.590
AR Transportes Ltda.	13	13
Verde Azul Adm.de recursos	700	-
Araçatuba Logística Ltda.	23	-
Destilaria Generalco S.A.	552.783	670.687
	<b>700.292</b>	<b>821.290</b>
<b>Passivo circulante</b>		
Nova Aralco Indústria e Comércio S.A.	1.413	1.413
Destilaria Generalco S.A.	2.699	-
Aralco S.A. – Indústria e Comércio S.A.	8.148	373
	<b>12.260</b>	<b>1.786</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
Nova Aralco Indústria e Comércio S.A.	237.203	224.179
Aralco S.A. – Indústria e Comércio S.A.	558.195	841.773
Alcoazul S.A – Açúcar e Alcool	162	-
Destilaria Generalco S.A.	11.574	-
Aracanguá Sociedade de Participações Ltda.	5.726	5.726
	<b>812.859</b>	<b>1.071.678</b>

Referem-se à conta corrente, cujo objetivo é transacionar um caixa único, visto que as empresas aportaram seus ativos nas demais empresas do Grupo em decorrência da condição do plano de Recuperação Judicial.

A realização dos saldos entre as partes ocorrerá por meio de sinergias das operações seja por produtos ou prestação de serviços.

Em 31 de março de 2025 e 2024, as principais transações com partes relacionadas que impactaram no resultado foram:

<b>Receitas</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Venda de açúcar para revenda</b>		
Aralco S.A. – Indústria e Comércio	-	60.561
	<u>-</u>	<u>60.561</u>
 <b>Despesas</b>		
<b>Compra de óleo diesel</b>		
Aralco S.A. – Indústria e Comércio	67.082	68.561
<b>Aluguéis e arrendamentos</b>		
Aralco S.A. – Indústria e Comércio	-	-
	<u>67.082</u>	<u>68.561</u>

## 15 Investimentos

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial</b>		
Destilaria Generalco S.A.	9.525	3.938
Nova Aralco Indústria e Comércio S.A.	101.713	102.948
	<u>111.238</u>	<u>106.886</u>

A Companhia registrou uma ganho, no exercício findo em 31 de março de 2025, de R\$ 4.351 (perda de R\$ 1.575 em 31 de março de 2024) de equivalência patrimonial.

Nenhuma das empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em Bolsa de Valores.

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas do Grupo:

	Participação - %	Quantidade de ações / quotas	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receitas	Despesas	Lucro ou prejuízo	Investimento (Provisão para perda de investimento)	Equivalência patrimonial
<b>Em 31 de março de 2025</b>														
Destilaria Generalco S.A.	14,02	315.510.750	484.794	765.201	1.249.995	514.278	667.793	1.182.071	67.924	823.379	(783.539)	39.840	9.525	5.587
Nova Aralco Indústria e Comércio S.A.	30,85	10.784.036.715	8.574	433.861	442.435	742	112.004	112.746	329.689	-	(4.004)	(4.004)	101.713	(1.235)
														<b><u>4.351</u></b>
<b>Em 31 de março de 2024</b>														
Destilaria Generalco S.A.	14,02	315.510.750	127.164	967.206	1.094.370	233.179	833.108	1.066.287	28.083	49.081	(57.611)	(7.810)	3.938	(1.095)
Nova Aralco Indústria e Comércio S.A.	30,85	10.784.036.715	1.924	443.649	445.573	1.467	110.413	111.880	333.693	70	(1.626)	(1.556)	102.948	(480)
														<b><u>(1.575)</u></b>

## 16 Imobilizado

Custo	Edifícios e construções	Móveis e utensílios	Veículos e implementos rodoviários	Máquinas, equipamentos e instalações (*)	Computadores e periféricos	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedor	Lavouras de cana-de-açúcar	Total
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	<b>5.694</b>	<b>293</b>	<b>9.158</b>	<b>99.777</b>	<b>4.251</b>	<b>29.061</b>	<b>20</b>	<b>333.630</b>	<b>481.884</b>
Adições	-	168	-	57.861	437	71.964	-	-	130.430
Baixas	-	-	(142)	(36.072)	-	-	-	(173.757)	(209.971)
Transferências	134	-	-	1.449	-	(1.583)	-	-	-
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>5.828</b>	<b>461</b>	<b>9.016</b>	<b>123.015</b>	<b>4.688</b>	<b>99.442</b>	<b>20</b>	<b>159.873</b>	<b>402.343</b>
Adições	-	104	-	96.378	153	34.761	-	-	131.396
Baixas	-	-	(843)	(70.107)	-	-	-	-	(70.950)
Transferências	-	-	-	-	-	(80.441)	-	80.441	-
<b>Saldo em 31 de março de 2025</b>	<b>5.828</b>	<b>565</b>	<b>8.173</b>	<b>149.286</b>	<b>4.841</b>	<b>53.762</b>	<b>20</b>	<b>240.314</b>	<b>462.789</b>
<b>Depreciação</b>									
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	<b>(840)</b>	<b>(103)</b>	<b>(8.325)</b>	<b>(18.224)</b>	<b>(3.638)</b>	-	-	<b>(243.814)</b>	<b>(274.944)</b>
Depreciação do exercício	(233)	(36)	(380)	(7.220)	(336)	-	-	(34.504)	(42.709)
Baixas	-	-	42	316	-	-	-	173.758	174.116
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>(1.073)</b>	<b>(139)</b>	<b>(8.663)</b>	<b>(25.128)</b>	<b>(3.974)</b>	-	-	<b>(104.560)</b>	<b>(143.537)</b>
Depreciação do exercício	(233)	(51)	(107)	(7.712)	(237)	-	-	(54.627)	(62.967)
Baixas	-	-	843	99	-	-	-	-	942
<b>Saldo em 31 de março de 2025</b>	<b>(1.306)</b>	<b>(190)</b>	<b>(7.927)</b>	<b>(32.741)</b>	<b>(4.211)</b>	-	-	<b>(159.187)</b>	<b>(205.562)</b>
<b>Valor líquido contábil</b>									
Em 31 de março de 2025	4.522	375	246	116.545	630	53.762	20	81.127	257.227
Em 31 de março de 2024	4.755	322	353	97.887	714	99.442	20	55.313	258.806

(\*) Os gastos com manutenção de entressafra são aqueles incorridos na manutenção de equipamentos industriais e agrícolas que são acumulados no decorrer da entressafra para apropriação ao custo de produção da safra seguinte.

## 17 Direito de uso e arrendamentos

A Companhia adotou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos a partir de 1 de abril de 2019, vide Nota Explicativa 6 – Principais política contábeis, rubrica m. Arrendamentos.

A seguir estão demonstradas as movimentações dos ativos de direito de uso:

	<b>Direito de uso de terras</b>
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	<b>226.217</b>
Adições de contratos	93.019
Remensuração dos contratos	(14.607)
Bens baixados	(261.761)
Depreciação	(42.868)
	-
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>-</b>
Adições de contratos (i)	241.750
Remensuração dos contratos	3.471
Bens baixados	(4.301)
Depreciação	(12.126)
	228.794
<b>Saldo em 31 de março de 2025</b>	<b>228.794</b>

A seguir estão demonstradas as movimentações dos passivos de arrendamento:

	<b>Parcerias e arrendamentos agrícolas</b>
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	<b>229.329</b>
Adições de contratos	93.019
Remensuração dos contratos	(14.607)
Pagamentos	(36.020)
Juros pagos	(26.422)
Remensuração dos juros	(5.578)
Baixa	(266.199)
Apropriação de Juros	26.478
	-
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>-</b>
Adições de contratos (i)	241.750
Remensuração dos contratos	3.471
Pagamentos	(11.785)
Juros pagos	(7.112)
Remensuração dos juros	1.420
Baixa	(3.273)
Apropriação de Juros	6.031
	230.501
<b>Saldo em 31 de março de 2025</b>	<b>230.501</b>
Passivo circulante	42.440
Passivo não circulante	188.061

- (i) Parte das adições do exercício ocorreram devido à transferência dos contratos da Destilaria Generalco S.A., empresa do Grupo Aralco.

## 18 Fornecedores

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Fornecedores de cana	132.185	83.909
Fornecedores de bens e serviços	20.967	19.802
	<b>153.152</b>	<b>103.711</b>
<i>Passivo circulante</i>	<i>149.552</i>	<i>98.311</i>
<i>Passivo não circulante</i>	<i>3.600</i>	<i>5.400</i>

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na nota explicativa 31.

## 19 Impostos e contribuições a recolher

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
IRPJ e CSLL	4.491	5.260
IRRF	847	150
COFINS	56	54
PIS	12	12
FUNRURAL	87.472	66.095
ISSQN	37	447
Outros	93	54
	<b>93.009</b>	<b>72.070</b>

## 20 Impostos parcelados

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Receita Estadual (ICMS) (i)	74.241	109.496
Impostos Municipais	335	-
Parcelamentos Excepcional – PGFN	1.612	302
	<b>76.188</b>	<b>109.798</b>
Passivo circulante	26.244	35.758
Passivo não circulante	49.944	74.040

- (i) Em 19 de março de 2013, as Autoridades Fiscais do Estado de São Paulo aceitaram nosso requerimento de inclusão no Programa Especial de Parcelamento – PEP com o objetivo de pagar ICMS no Estado de São Paulo em 120 parcelas com 50% de redução de multas e 40% de redução de juros. O montante total do programa foi de R\$ 182,9 milhões.

## 21 Salários e encargos sociais

	2025	2024
FGTS a recolher	7299	3.831
INSS a recolher	10.346	9.915
Pró-labore a pagar	-	22
Salários e encargos a pagar	6.062	3.903
Provisão para 13º salário e férias	12.232	1.520
Encargos sobre provisões	1.755	581
	<b>37.695</b>	<b>19.772</b>

## 22 Provisões para demandas judiciais

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
<b>Saldo em 31 de março de 2023</b>	<b>4.310</b>	-	<b>4.315</b>	<b>8.625</b>
Provisões constituídas	-	10.892	2.412	13.304
Provisões revertidas	(4.310)	-	-	(4.310)
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>-</b>	<b>10.892</b>	<b>6.727</b>	<b>17.619</b>
Provisões constituídas	-	-	-	-
Provisões revertidas	-	(4.384)	(440)	(4.824)
<b>Saldo em 31 de março de 2025</b>	<b>-</b>	<b>6.508</b>	<b>6.288</b>	<b>12.796</b>

Para as provisões apresentadas acima, existem depósitos judiciais que compõem o montante de R\$ 2.647 (R\$ 2.230 em 31 de março de 2024).

Em virtude das dificuldades econômicas enfrentadas pelo Grupo, foi pedida a Recuperação Judicial 1001985-03.2014.8.26.0032 em 28 de fevereiro de 2014.

Vários compromissos deixaram de ser honrados, motivando ao ajuizamento de diversas medidas judiciais contra as empresas que compõem o grupo econômico, ocorrendo o surgimento de várias ações cíveis e judiciais.

Alguns parcelamentos de impostos não puderam ser cumpridos, aumentando o valor das contingências tributárias.

Ante as dificuldades econômicas, o Grupo promoveu uma significativa redução no quadro de funcionários, aumentando o número de reclamações trabalhistas.

Com base na opinião dos assessores jurídicos, a Empresa não possui litígios decorrentes de ações trabalhistas, fiscais ou cíveis com probabilidade de perda considerada possível.

## 23 Adiantamento de clientes

	2025	2024
Adiantamento de clientes – açúcar	75.729	73.335
Adiantamento de clientes – etanol	5.154	12.237
Adiantamento de clientes – outros	558	507
	<b>81.441</b>	<b>86.079</b>

## 24 Imposto de renda e contribuição social diferidos

### Natureza dos tributos diferidos

Em 31 de março de 2025, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos sobre os seguintes valores-base:

	Saldo em 2023	Reconhecidos no resultado	Saldo em 2024	Reconhecidos no resultado	Saldo em 2024
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	1	1	(1)	-
Provisões para demandas judiciais	151	54	205	(186)	19
Ativo biológico	(4)	(5.113)	(5.117)	5.002	(115)
Prejuízo fiscal e base negativa	-	1.208	1.208	(1.186)	22
Direito de uso (Efeito IFRS 16)	482	165	647	(233)	415
Imobilizado líquido – Custo atribuído	(2.107)	353	(1.754)	353	(1.402)
	<b>(1.478)</b>	<b>(3.332)</b>	<b>(4.810)</b>	<b>3.748</b>	<b>(1.062)</b>

A Companhia possui R\$ 165.108 (R\$ 181.347 em 2024) de bases negativas de contribuição social e prejuízos fiscais não reconhecidos em sua totalidade, em função da perspectiva de não realização dos referidos créditos.

### a. Composição do imposto de renda e contribuição social do resultado do exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada como segue:

	2025	2024
Resultado contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	76.271	92.284
(-/+ ) Resultado da equivalência patrimonial	(4.351)	1.575
	71.921	93.859
Alíquota fiscal combinada – base de até 240 mil	24%	24%
Alíquota fiscal combinada – base acima de 240 mil	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social: Pela alíquota fiscal combinada	(24.453)	(31.912)
<i>Ajustes para a apuração da alíquota efetiva:</i>		
Despesas indedutíveis e receitas não tributáveis	3.320	(33.935)
Imposto de renda sobre prejuízo fiscal e base negativa	10.654	56.969
	<b>(10.479)</b>	<b>(8.878)</b>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<b>(10.479)</b>	<b>(8.878)</b>
Alíquota efetiva	-14%	-10%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(14.227)	(5.546)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.748	(3.332)

## **25 Patrimônio líquido**

### **a. Capital social**

O capital social está representado por 5.193.112.348 ações ordinárias nominativas (idêntico em 31 de março de 2024), sem valor nominal, totalmente integralizado.

### **b. Ajustes de avaliação patrimonial**

São compostos do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado pelo Companhia em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, efeitos estes deduzidos do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vêm sendo realizados mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhes deram origem.

### **c. Reservas de incentivos fiscais**

Constituída nos termos do Artigo 195-A da lei 6.404/76, onde a administração pode propor a destinação para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório (inciso I do *caput* do artigo 202 da lei 6.404/76). A atual reserva de incentivos fiscais foi constituída com base no crédito outorgado do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) a produtores ou distribuidores de etanol hidratado combustível conforme decreto 67.121, de 26 de setembro de 2022.

### **d. Reserva legal**

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

### **e. Dividendos**

Os acionistas têm direito a receber, como dividendo mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício ajustado. Neste exercício, a Administração da Companhia entende que a distribuição de dividendos é incompatível com a atual situação financeira da Companhia que está se soerguendo, e conforme descrito no art. 202, § 4º, da lei 6.404/76, fica a cargo da Assembleia-geral ordinária a deliberação final sobre esta proposta de distribuição dos lucros.

## **26 Gestão de capital**

A política da Administração é manter uma base de capital sólida com o objetivo de manter a confiança dos investidores, credores e mercado e manter o desenvolvimento futuro dos negócios. A Administração monitora o retorno do capital, que a Companhia define como resultado das atividades operacionais dividido pelo total do patrimônio líquido.

Os objetivos da Companhia ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores monitorados pela Gerência Financeira e Administração. Esses indicadores correspondem aos índices:

De liquidez corrente (ativo circulante pelo passivo circulante)	Maior ou igual a 1
De alavancagem financeira (*)	Maior que 1

(\*) Se o grau de alavancagem financeira (GAF) for maior que 1,0 isso indica que a alavancagem será considerada favorável: o retorno do Ativo Total (conjunto de bens e direitos da Companhia, expressos em moeda) será razoavelmente maior que a remuneração paga ao capital de terceiros.

Os índices de liquidez e alavancagem estão demonstrados abaixo:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Ativo circulante	394.740	426.765
Passivo circulante	449.639	331.694
<b>Índice de liquidez</b>	<b>0,878</b>	<b>1,287</b>
Resultado do exercício	65.793	83.406
Patrimônio líquido	127.207	61.415
RPL (retorno sobre o patrimônio líquido)	0,517	1,358
Resultado do exercício	65.793	83.406
Ativo total	1.716.085	1.638.114
RAT (retorno sobre o ativo total)	0,038	0,051
GAF (grau de alavancagem financeira) RPL/RAT	13,490	26,673

## 27 Receita operacional líquida

As receitas operacionais da Companhia são compostas pela venda de açúcar e etanol para o mercado interno e externo.

Abaixo é reproduzida a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Açúcar	117.839	736.593
Etanol	109.973	282.389
Bagaço de cana	1.773	1.250
Diesel	13.638	2.504
Outras vendas	19.416	19.981
Receita bruta	262.639	1.042.717
(-) Impostos sobre vendas	(18.660)	(45.396)
(-) Devoluções e abatimentos	(57)	(804)
	<b>243.923</b>	<b>996.517</b>

## 28 Despesas operacionais por natureza

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Despesas com pessoal	17.765	123.537
Depreciação e amortização	62.588	50.992
Matéria-prima e consumíveis	9.993	236.714
Gastos com manufatura e outras	45.479	432.565
Despesa com comercialização, fretes, transbordos e armazenagens	3.217	69.902
Serviços prestados	14.390	8.179
Despesas tributárias	576	2.007
Mudança do valor justo do ativo biológico	14.711	(14.838)
(Reversão) provisões para demandas judiciais	(4.824)	8.994
Multa Indedutível	-	215
Aluguéis e Locações	288	158
Outras despesas (receitas) operacionais	4.849	9.658
	<b>169.032</b>	<b>928.083</b>
<b>Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função</b>		
Custo das vendas	130.073	831.473
Mudança no valor justo do ativo biológico (Nota 11)	14.711	(14.838)
Despesas com vendas	3.883	73.453
Despesas administrativas e gerais	20.365	37.995
	<b>169.032</b>	<b>928.083</b>

## 29 Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Valor residual do ativo imobilizado – baixado	(738)	(815)
Receita do imobilizado vendido	937	1.659
Recuperação de benefícios de impostos (i)	21.927	39.322
Indenizações de seguros e judiciais	2.649	2.906
Compromissos recuperação judicial	-	(137)
Renovabio	6.884	5.673
Perda sobre outras operações (ii)	(18.125)	-
Bonificações e outros	1.783	1.394
	<b>15.317</b>	<b>50.002</b>

(i) Conforme parcelamento (*vide* nota explicativa 20), houve redução de débitos de impostos federais e previdenciários através da adesão à modalidade de transação excepcional do Programa de Retomada Fiscal do Ministério da Economia conforme (Portaria PGFN 2.381/2021).

(ii) No exercício findo em 31 de março de 2025, a Companhia realizou operações de empréstimo de estoque de etanol entre empresas do mesmo grupo econômico, com finalidade de otimizar a gestão de recursos e atender à demanda operacional. Na devolução dos volumes emprestados, foi efetuada a apuração de eventual ganho ou perda, resultante da diferença entre os custos médios ponderados apurados nas datas de saída e de retorno do estoque.

## 30 Financeiras líquidas

	2025	2024
<b>Receitas financeiras</b>		
Descontos obtidos	26	215
Juros sobre recebíveis	19.204	7.533
Variação monetária ativa	21	49
	<b>19.251</b>	<b>7.797</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Descontos concedidos	(80)	-
Juros sobre obrigações	(8.508)	(25.348)
Juros sobre tributos	(26.262)	(5.004)
Juros sobre recuperação judicial	(1.516)	(2.440)
Variação monetária passiva	(8)	(92)
	<b>(36.374)</b>	<b>(32.884)</b>
<b>Variação cambial líquida</b>		
Credores recuperação judicial	(1.365)	426
Clientes	200	84
	<b>(1.165)</b>	<b>510</b>
	<b>(18.288)</b>	<b>(24.577)</b>

## 31 Instrumentos financeiros

### a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo seu nível de hierarquia do valor justo.

31 de março de 2025

	Valor contábil			Valor justo				
	Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>								
Aplicações financeiras	175.305	-	-	175.305	-	175.305	-	175.305
Partes relacionadas	700.292	-	-	700.292	-	700.292	-	700.292
	<b>875.597</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>875.597</b>	<b>-</b>	<b>875.597</b>	<b>-</b>	<b>875.597</b>
<b>Ativos financeiros não mensurados ao valor justo</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	-	34.795	-	34.795	-	-	-	-
Contas a receber e outras contas a receber	-	21.570	-	21.570	-	-	-	-
	<b>-</b>	<b>56.365</b>	<b>-</b>	<b>56.365</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivos financeiros mensurados ao valor justo</b>								
Credores recuperação judicial	-	-	77.224	77.224	-	106.865	-	106.865
			<b>77.224</b>	<b>77.224</b>	<b>-</b>	<b>106.865</b>	<b>-</b>	<b>106.865</b>
<b>Passivo financeiros não mensurados ao valor justo</b>								
Fornecedores	-	-	153.152	153.152	-	-	-	-
Outras obrigações	-	-	691	691	-	-	-	-
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>153.843</b>	<b>153.843</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## **b. Gestão de riscos financeiros**

### ***Visão geral***

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito;  
Risco de liquidez;  
Risco de mercado; e  
Risco operacional.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

### **Estrutura do gerenciamento de risco**

Os Acionistas e a Diretoria têm responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

O Conselho estabeleceu Comitês, os quais são responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. O comitê se reporta regularmente ao Conselho de Administração e à Diretoria sobre as suas atividades. São eles: Comitê Fiscal, de Auditoria, Financeiro, de Produção e de Recursos Humanos.

Os Comitês supervisionam como a Administração acompanha o cumprimento das políticas e dos procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia e revisa a adequação da estrutura do gerenciamento em relação aos riscos enfrentados.

### **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes da Companhia.

### **Contas a receber e outros recebíveis**

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

A Companhia adota como prática a análise das situações financeiras e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

A Companhia registra uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas esperadas referentes à Contas a receber de clientes.

A administração dos valores em atraso há mais de 30 dias não incorre em perda por redução ao valor recuperável. Essas análises baseiam-se em um histórico de comportamento de pagamento e

em extensas análises dos riscos de crédito de seus respectivos clientes, incluindo avaliações de crédito de tais clientes, quando disponíveis.

#### *Caixa e equivalentes de caixa*

A Companhia detinha “Caixa e equivalentes de caixa” de R\$ 210.100 em 31 de março de 2025 (R\$ 145.418 em 31 de março de 2024).

#### **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A previsão de fluxo de caixa da Companhia monitora continuamente a liquidez. Essa previsão considera os planos de financiamento de dívida da Companhia e o cumprimento de suas metas.

#### **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento deste risco é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

#### **Risco de taxa de juros**

Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeita a ganhos ou perdas em seus ativos ou passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros. Visando à mitigação deste tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas e pós-fixadas.

#### **Risco de moeda**

A Companhia está sujeita ao risco de moeda em vendas e empréstimos denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais, em sua grande maioria o real (R\$).

#### **Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;  
 Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;  
 Cumprimento com exigências regulatórias e legais;  
 Documentação de controles e procedimentos;  
 Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;  
 Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;  
 Desenvolvimento de planos de contingência;  
 Treinamento e desenvolvimento profissional;  
 Padrões éticos e comerciais; e  
 Mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

O cumprimento com as normas da Companhia é apoiado por um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna. Os resultados das análises são discutidos entre o Comitê de Auditoria e a Alta Administração da Companhia.

***Riscos de crédito***

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Caixa e equivalentes de caixa	210.100	145.418
Contas a receber de clientes	21.570	28.502
Partes relacionadas	700.292	821.290
Outros créditos	3.319	4.145

Os instrumentos financeiros não apresentam concentrações significativas de risco.

Os vencimentos do contas a receber de clientes foram:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
A vencer	21.551	28.458
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	-	19
De 31 a 60 dias	-	1
De 61 a 90 dias	-	3
De 91 a 180 dias	137	2
Acima de 181 dias	-	132
	<b>21.688</b>	<b>28.615</b>
(-) Vendas para entrega futura	-	-
(-) Provisão para perda de crédito esperada	(118)	(113)
	<b>21.570</b>	<b>28.502</b>

***Risco de liquidez***

A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	2025					
	Valor contratual	Valor contábil	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais de 5 anos
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	153.152	153.152	149.552	3.600	-	-
Credores recuperação judicial	106.865	77.224	9.602	13.627	24.798	58.838
Outras contas a pagar	691	691	59	632	-	-

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

### ***Risco cambial***

A exposição líquida em moeda estrangeira está demonstrada no quadro a seguir:

	2025		2024	
	USD Mil	R\$	USD Mil	R\$
Credores recuperação judicial	60	342	2.191	10.947
<b>Exposição líquida</b>	<b>60</b>	<b>342</b>	<b>2.191</b>	<b>10.947</b>

### **Análise de sensibilidade**

A Companhia não apresenta a análise de sensibilidade para exposição ao risco cambial por considerar que os valores são irrelevantes.

### ***Risco de taxa de juros***

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era o seguinte:

*Risco de taxa sobre ativos e passivos financeiros – Apreciação das taxas*

Instrumentos	Exposição 2025	Risco	Provável		Aumento do Índice em 25%		Aumento do Índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Credores recuperação judicial	(34.813)	Aumento CDI	11,28	(4.961)	17,81	(6.201)	21,38	(7.441)
Total dos passivos financeiros	(34.813)			(4.961)		(6.201)		(7.441)
<b>Impacto no resultado e patrimônio líquido</b>						<b>(1.240)</b>	<b>(2.480)</b>	

*Risco de taxa sobre ativos e passivos financeiros – Depreciação das taxas*

Instrumentos	Exposição 2025	Risco	Provável		Redução do Índice em 25%		Redução do Índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Credores recuperação judicial	(34.813)	Diminuição CDI	14,25	(4.961)	10,69	(3.721)	7,13	(2.480)
Total dos passivos financeiros	(34.813)			(4.961)		(3.721)		(2.480)
<b>Impacto no resultado e patrimônio líquido</b>						<b>1.240</b>	<b>2.480</b>	

## **32 Compromissos de compra**

As companhias Aralco S.A. Indústria e Comércio; Figueira Indústria e Comércio S.A.; Destilaria Generalco S.A.; e Alcoazul S.A. – Açúcar e Álcool possuem diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos exercícios de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pelas companhias será determinada ao término de cada exercício de colheita, de acordo com a sistemática de pagamento de cana-de-açúcar adotada pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo – CONSECANA. O volume comprometido pelas companhias com fornecedores é de 2.319.362 toneladas de cana na safra.

## **33 Credores recuperação judicial**

### **Pedido de recuperação judicial**

Em 28 de fevereiro de 2014, considerando a crise de liquidez que o mercado mundial sofreu e a consequente desvalorização do real frente ao dólar, a Controladora Aralco S.A. – Indústria e Comércio e suas controladas (englobando a Figueira Indústria e Comércio S.A.) sofreram um aumento substancial de seus passivos indexados àquela moeda e optaram por ingressar com o pedido de recuperação judicial nos termos da lei 11.101/2005, aprovado segundo a Assembleia Geral Extraordinária de 8 de dezembro de 2014 e deferido judicialmente em 21 de janeiro de 2015.

O Plano de Recuperação tem o objetivo de permitir ao Grupo Aralco superar sua crise econômico-financeira e atender aos interesses dos Credores, estabelecendo a fonte de recursos e uma estrutura de pagamento de seus Créditos.

O Grupo Aralco apresentou seu Plano de Recuperação Judicial inicial na primeira Assembleia de Credores em 19 de novembro de 2014, e posteriormente foram realizadas outras assembleias em 26 de novembro e 3 de dezembro, e apresentado ao juízo em 4 de dezembro, cumprindo-se o requisito de publicidade; o Plano teve algumas alterações solicitadas por seus credores e, em 8 de dezembro de 2014, o Plano de Recuperação Judicial final foi aprovado pelos seus credores em Assembleia. Foi homologado pela juíza Sônia Cavalcante Pessoa da Segunda Vara Civil da Comarca de Araçatuba, sob processo número 1001985-03.2014.8.26.0032.

Em decorrência do pedido de recuperação judicial realizado pelo Grupo em 28 de fevereiro de 2014, foram reclassificados para a rubrica de credores recuperação judicial e classificados de acordo com o plano de recuperação judicial:

**Figueira Indústria e Comércio S.A.**  
Demonstrações financeiras em  
31 de março de 2025

Classes de credores	Valor contábil 2025	Valor contábil 2024	Período de amortização													
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2027	2028	2030	
Trabalhistas	21	105	carência	100%	-	-	Pagamentos conforme acordos entre as partes, desde 2019 até 2026									
Microempresa e Empresa de Pequeno Porte	1.089	1.291	carência	carência	20%	20%	20%	10%	10%	10%	10%	10%	-	-	-	
Fornecedores de cana e Credores estratégicos agrícolas	1.050	1.126	carência	25%	25%	25%	5%	4%	4%	4%	4%	4%	-	-	-	
Quirografários	32.674	42.701	carência	carência	carência	carência	6,67%	6,67%	6,67%	6,67%	6,67%	6,67%	20,01%	26,68%	13,29%	
Intervenientes e garantes	29.799	29.799														
Valores não habilitados (*)	12.591	12.591														
	<b>77.224</b>	<b>87.613</b>														
Passivo circulante	6.939	16.818														
Passivo não circulante	70.285	70.795														

**Movimentação de Recuperação Judicial**

Classes de credores	Valor contábil 2024	Adições				Baixas			Valor contábil 2025
		Principal	Juros	Transferência de classe	Variação Cambial	Principal	Juros	Transferência de classe	
Trabalhistas	105	-	-	-	-	(84)	-	-	21
Microempresa e Empresa de Pequeno Porte	1.291	-	17	-	-	(141)	(78)	-	1.089
Fornecedores de cana e Credores estratégicos agrícolas	1.126	-	-	-	-	(67)	(9)	-	1.050
Quirografários	42.701	-	1.498	-	1.365	(11.679)	(1.212)	-	32.674
Intervenientes e garantes	29.799	-	-	-	-	-	-	-	29.799
Valores não habilitados (*)	12.591	-	-	-	-	-	-	-	12.591
	<b>87.613</b>	<b>-</b>	<b>1.515</b>	<b>-</b>	<b>1.365</b>	<b>(11.971)</b>	<b>(1.299)</b>	<b>-</b>	<b>77.224</b>
Passivo circulante	16.818								6.939
Passivo não circulante	70.795								70.285

(\*) Os valores não habilitados referem-se a saldos de créditos contabilizados e que não foram objeto de habilitação junto ao plano de recuperação judicial. Tais valores ficaram pendentes na contabilidade aguardando mediação junto aos credores.

O Grupo Aralco, diante das condições de desembolso financeiro baseado no Plano de Recuperação Judicial, e visando eliminar a exigência de captação específica do investidor Sucres et Denrées S.A., ou terceiro por ele indicado, assumindo controle na gestão financeira para cumprimento do Plano, instaurou Assembleia Geral dos Credores, na qual foi apresentada sugestão do Novo Plano de Recuperação Judicial para soerguer novamente a empresa, sendo a intenção do Novo Plano permitir o pagamento dos credores de maneira mais ágil.

Em continuidade, o Grupo vinha tentando homologar seu Novo Plano e, em 4 de junho de 2019, foi finalmente levado à votação e devidamente aprovado pelos credores o Novo Plano de Recuperação, com os seguintes percentuais das classes:

- Trabalhista: 91,75% (% de participantes/cabeça) – não se aplica % de crédito;
- Garantia Real: 100,00% (% de participantes/cabeça) e 100,00% (% de crédito);
- Quirografário: 91,85% (% de participantes/cabeça) e 84,66% (% de crédito);
- ME-EPP: 97,94% (% de participantes/cabeça) – não se aplica % de crédito.

Importante salientar que, no Novo Plano de Recuperação Judicial, não há mais a necessidade de captação dos recursos do investidor Sucres et Denrées S.A., ou terceiro por ele indicado, e a Companhia assumiu que honraria os compromissos assumidos com todos os Credores. Ainda, poderá contratar financiamentos ou injeções de recursos em outras modalidades com quaisquer pessoas ou entidades, Credores ou não, bem como poderá oferecer em garantia de tais financiamentos quaisquer bens de sua propriedade. Ainda em Assembleia, foi aprovado que, mediante o pagamento total de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) pelos Intervenientes Garantes, aos Credores Quirografários, Credores Quirografários Colaboradores I e Credores com Garantia Real, os saldos remanescentes dos Créditos auferidos após os pagamentos realizados na forma do Novo Plano serão cedidos aos Intervenientes Garantes, que converterão em participação societária de quaisquer das sociedades que compõem do Grupo.

Ato contínuo, em 11 de julho de 2019, foi homologado o Novo Plano de Recuperação Judicial do Grupo, o qual, no entanto, teve seus efeitos suspensos por liminar, e finalmente, em 19 de agosto de 2020, foram proferidos os Acórdãos por meio dos quais o TJSP negou provimento aos agravos de instrumento interpostos pelo Bancos Bradesco, Pine e BIC, mantendo-se a homologação do Novo Plano de Recuperação Judicial do Grupo. Assim, o Grupo já iniciou o pagamento dos credores que não haviam realizado as tratativas individuais, nos moldes do Novo Plano aprovado e agora homologado. Assim, todos os credores já estão recebendo seus créditos homologados no quadro geral de credores.

Considerando a comprovação de cumprimento de todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial aprovado e homologado, e a continuidade dos negócios, em 23 de fevereiro de 2023, o Grupo Aralco apresentou pedido requerendo o encerramento da recuperação judicial, obtendo parecer favorável do Ministério Público e Administrador Judicial. A sentença de encerramento da recuperação judicial foi proferida em 1 de dezembro de 2023, e certificação do trânsito em julgado em 15 de agosto de 2024.

Atualmente a Companhia e as demais empresas do Grupo Aralco já não se encontram em Recuperação Judicial, visto o encerramento do processo, mantendo apenas os valores passivos registrados nesta rubrica, que serão liquidados conforme seus respectivos vencimentos até o ano de 2043. Tais saldos encontram-se aderentes dentro de parâmetros sustentáveis de geração de caixa do Grupo, preservando a saúde financeira e a continuidade das operações.

\*.\*.\*